

APRESENTAÇÃO

*Antonio José Pedroso Neto**

A sociologia econômica é uma disciplina que estuda os fatos, processos e estruturas da esfera econômica da sociedade com base em conceitos e princípios epistemológicos, teóricos e metodológicos das ciências sociais (HIRSCH, MICHAELS e FRIEDMAN, 2003; SWEDBERG, 1993, 2003 e 2004; BOURDIEU, 2000; STEINER, 2006).

Desde o início, os sociólogos da economia se diferenciaram dos economistas, ainda que muitas vezes de modo implícito. De modo geral, em suas pesquisas, os economistas *mainstream* partiram para o uso de métodos mais formais e dedutivos, juntamente com a utilização de dados secundários e nominais (HIRSCH, MICHAELS e FRIEDMAN, 2003). Um dos resultados é que, assim, incorrem em um *take for given*: procuram descolar a economia da sociedade – cultura, política, relações sociais, etc. – através da abstração dos elementos analíticos. Por exemplo, concebem como natural a existência de um indivíduo racional que conhece suas vontades, que calcula, que procura otimizar em todas as situações, etc. O mesmo vale para a concepção de mercado – tido naturalmente como o mecanismo mais eficiente/justo de realizar a alocação dos recursos –, de escassez, de instituições, etc.

Os sociólogos investiram na indução, a partir de trabalhos de levantamentos e produção de dados primários (HIRSCH, MICHAELS e FRIEDMAN, 2003). Assim, entraram em cena procurando demonstrar como essas concepções são produtos e estão enraizadas no mundo social: nas crenças, valores, normas, gostos, relações sociais, estrutura social, instituições, cognição, cultura, política, etc. Mas, é preciso dizer que, entre os extremos, há os compartilhamentos. Em relação ao *savoir-faire* dos economistas, há o reconhecimento, por parte dos sociólogos, de que no espaço

* UFT – Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. Palmas – TO – Brasil. 77001090 - ajpedroso@uol.com.br

dos economistas há um subespaço daqueles que resolvem seus problemas utilizando os elementos do mundo social e a indução.

Voltando aos sociólogos da economia, há uma gama de objetos sobre os quais detiverem sua atenção, considerando as dimensões citadas. Uma visão geral é oferecida por Swedberg (2003 e 2004), Marques e Peixoto (2003), Abramovay (2004), Mondadore, Pedroso Neto, Leite, Jardim e Sartori (2009), Martes (2014), Lopes Junior (2002 e 2012), dentre outros. De modo geral, os pesquisadores desenvolvem pesquisas teóricas e/ou empíricas, qualitativa e/ou quantitativa, que têm como objeto de estudo agentes, organizações, processos e estruturas das atividades fundamentais de toda e qualquer sociedade humana; produzir, distribuir e consumir (POLANYI, 1980 e 2012).

Estudos de sociologia e antropologia da economia vêm se tornando progressivamente mais numerosos no mundo desde o final dos anos 1970 (SWEDBERG, 2003 e 2004; MARQUES e PEIXOTO, 2003). No Brasil, alguns indicadores institucionais revelam expansão semelhante, especialmente a partir dos anos 1990, várias coletâneas de artigos foram publicadas em livros e revistas¹ nos dois mais importantes congressos brasileiros de ciências sociais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Desde pelo menos 2004 há vários tipos de eventos como Seminários Temáticos, Grupos de Trabalhos, Seminários de Pós-Graduação, Fóruns e Mesas-Redondas; várias jornadas e vários congressos de sociologia e antropologia econômica foram realizados em diversas universidades²; há várias universidades com programas de pós-graduação em que a perspectiva e a prática da sociologia e antropologia econômica estão presentes em disciplinas, linhas de pesquisa, dissertações e teses, núcleos de pesquisa e revistas³. Vale sinalizar que, em maior ou menor medida, explícita ou implicitamente, os pesquisadores destes espaços desconhecem fronteiras disciplinares, trabalham afinados com a literatura internacional e têm cuidados epistemológicos – vigilância epistemológica (BACHELARD, 1996; BOURDIEU,

¹ Livros como: Mondadore, Pedroso Neto, Leite, Jardim e Sartori (2009), Martes (2014), Jardim e Donadone (2011), dentre outros. Revistas como: **Sociedade & Estado** (2002), **Tempo Social** (2004), **Civitas** (2007), **Política & Sociedade** (2010, 2016), **RAE** (2007), **Pós-Ciências Sociais** (2010), **REDD** (2012), **CRH** (2012), **Agenda Política** (2016), dentre outras.

² Por exemplo, o tradicional *Workshop Empresas, empresários e sociedade* (PUC-RS e outras); *Quantificação e Temporalidade: Perspectivas etnográficas sobre a economia* (UFRJ/MN, 2005); *I Congresso Internacional de Sociologia da Economia e das Finanças* (UFSCar, 2006); *I Jornada Internacional do PPGDR/UFT: sociologia e economia das organizações e do crime* (UFT, 2010); *Centralidades e fronteiras nas empresas do século 21* (UFSCar, 2010); *A Construção social dos mercados* (UNESP, 2012); *Temas Emergentes em Sociologia Econômica no Brasil* (UEM, 2014), dentre outros.

³ Universidades como: UFSCar, UNESP, USP, UFRJ, UFMA, UFF, UFPel, UFRS, UFSC, PUC/RS, UFT, etc.

CHAMBOREDON E PASSERON, 1999) – que tornam as pesquisas brasileiras qualificadas.

Enfim, já há pelo menos dois textos de balanço da dinâmica e dos feitos da sociologia econômica brasileira (LOPES JUNIOR, 2002 e 2012). Eles também nos asseguram que estamos diante de uma linha de pesquisa já fortemente institucionalizada e capilarmente distribuída pelas universidades das mais diferentes regiões do país.

No espaço da sociologia econômica, nacional e internacional, alguns dos processos mais estudados são os mercados e as relações dos agentes e organizações privadas com os Estados, como é o caso dos três textos deste dossiê: **sociedade e mercado**.

O artigo de Jardim e Porcionato – **A construção social do mercado da construção civil nos anos 2000: o caso da habitação e o papel do Estado** – começa demonstrando que nos anos 2000 o setor da construção civil brasileira teve uma ampla expansão. E, logo em seguida, apresenta a hipótese de que a “mão visível do Estado” é a variável fundamental para explicá-la, ou explicar a construção social do setor como um mercado. Em linhas gerais, o texto vai apresentar as ações do Estado que, em grande medida, explicam essa construção; a criação do Ministério das Cidades (MC), os investimentos habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A pesquisa de base para o texto são os relatórios do Tribunal de Contas da União, do PAC e do PMCMV. E as referências teóricas são dos marcos da sociologia econômica. Em relação a elas, as autoras seguem os trilhos bem estabelecidos na literatura. De um lado, pensam os mercados como instituições históricas, localizadas no tempo, no espaço, em determinada cultura e que, em grande medida, se consolidam com a contribuição decisiva da “mão visível do Estado”. De outro, operacionalizam que os mercados podem e devem ser estudados como estruturas sociais – formas recorrentes, padronizadas e sancionadas de relações entre agentes sociais – ou como campos sociais, conforme a sociologia bourdieusiana que, aproveito para explicitar, é bastante presente na pesquisa e no texto, especialmente no que tange à sensibilidade em relação à força do Estado como criador da oferta e da demanda – com inúmeros auxílios, regulamentações, créditos e demais recursos – e das disposições dos consumidores – mas, como veremos, elas se concentraram nas dos criadores.

Estabelecidas as bases teóricas, o texto apresenta a gênese das criações institucionais, dos incentivos estatais e a trajetória e disposições de agentes individuais e coletivos, todos relativos e imbricados nas três principais ações do Estado neste mercado; o MC, o PAC e o PMCMV, como apresentado acima.

É difícil sintetizar, mas o fato é que as autoras apresentam leis, decretos, normais e o histórico da criação de órgãos, de políticas federais, de fundos e programas de crédito, etc. Expõem números sobre investimentos, incentivos financeiros, construções, moradias, orçamentos, empregos gerados, empresas criadas, renda gerada, etc. Por fim, apresentam agentes individuais e coletivos, atuantes na sociedade e depois no Estado, criando e operacionalizando esses órgãos e políticas. No fechamento do texto, avançam em uma afirmação ousada: em parte foram as disposições, os posicionamentos e os vínculos sociais desses agentes que levaram a essas ações governamentais. Dito de outro modo, o mercado da habitação mais recente “seria resultado da visão de mundo dos agentes que compuseram o Governo Federal nos anos 2000”.

O artigo de Silva – **A formação de dois circuitos da economia urbana por intermédio da ação do Estado: o caso de Cobija (Bolívia)** – observa a ação do Estado, no caso criando regras que facilitam a importação de mercadorias em uma cidade gêmea e de fronteira; de um lado a boliviana Cobija e do outro lado da fronteira a brasileira Brasiléia, tendo a primeira adotado regras de Zona Franca e a segunda não.

O autor procura mostrar como as ações do Estado boliviano – “políticas especiais” – que possibilitaram uma “mercantilização anômala do espaço urbano, puderam refletir no arranjo geográfico e social de Cobija”. De início, ele apresenta um histórico das perdas territoriais bolivianas – para Brasil, Chile e Paraguai e relaciona que, por conta disso e por causa da assimetria entre as exportações e as importações bolivianas, em favor dos parceiros comerciais, o Estado gerou políticas territoriais em diferentes pontos estratégicos do território – cerca de quinze Zonas Francas comerciais e industriais com regulamentações distintas – com o objetivo de geri-lo.

Ele enfatiza que no caso de Cobija as políticas territoriais são “mais agressivas” do que as geradas pelo Brasil, e que o objetivo é promover o “desenvolvimento regional” de um espaço periférico e pouco integrado à logística nacional de transporte. Apresenta dados sobre as zonas francas bolivianas e sobre a demografia da cidade – rápido crescimento. Com base nos conceitos de circuitos inferiores e superiores da economia urbana, de Milton Santos, e em trabalhos de campo, desenvolve que “a produção do espaço urbano de Cobija foi muito influenciada pelas legislações especiais que disponibilizaram vantagens comparativas no que tange às importações internadas no espaço intramunicipal”. Fundamentalmente, por isso, a cidade tem posição confortável, vis-à-vis as vizinhas, como ofertante de mercadorias importadas – americanas e europeias, sobretudo – a preços competitivos.

Apresenta as constatações a partir de suas lentes teóricas e observações empíricas. O circuito superior fica na parte central da cidade, em áreas mais valorizadas e verticalizadas. Os produtos comercializados – bebidas, eletrônicos, perfumes e itens de vestuário de alto padrão, prioritariamente – são importados. As lojas são atacadistas e varejistas, ambas com grandes estoques. A clientela se configura por consumidores e revendedores – maior parte brasileiros – mais externos que internos à cidade. E os preços são fixos, isto é, impessoais. Ao mesmo tempo, opera o circuito inferior: ocupa uma área maior; é constituído por pequenos comerciantes com pequenos estoques de itens de vestuário e alimentação, predominantemente; e as barganhas em relação aos preços são correntes. E, por fim, o autor explora algumas incongruências entre o observado e o modelo de Milton Santos, especialmente após a chegada dos chineses.

Mundo Neto e Saltorato apresentam um artigo – **Atores, ações e dominação cultural na construção da indústria de capital de risco no Brasil** – sobre uma dimensão nacional no capitalismo contemporâneo; a financeirização. Mas, longe das análises macro e nominais, exploram finamente sua concretização a partir de agentes, relações, suportes culturais e fluxos de recursos financeiros.

Um dos pontos principais é a emergência, ascensão e poderio de um grupo de agentes; os gestores de fundos *private equity* ou *intermediários financeiros*. Por um lado, eles passaram operacionalizar um mecanismo de investimento e financiamento paralelo e concorrente com o sistema bancário tradicional. Porém, mais que isso, legitimaram valores, crenças, mitos e práticas exercendo uma dominação cultural, inicialmente relacionada a indústria de capital de risco. Os autores explicam as formas e os meios de atuação desses agentes, explorando a gênese da indústria de capital de risco nacional, via as trajetórias desses mesmos agentes, as relações entre eles e as relações entre eles e as esferas pública e privada.

A pesquisa se ancora em referências bibliográficas, documentos e textos da imprensa, todos relativos aos agentes individuais e coletivos “chaves” no campo: de um lado, Roberto da Costa, Thomas Tosta de Sá, Ary Burger; de outro, Comissão de Valores Mobiliários, Associação Brasileira de *Private Equity & Venture Capital*, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Banco Garantia, GP Investimentos e 3G Capital, dentre outros.

Outro ponto principal é a explicação de que a “indústria de capital de risco” tem dois segmentos distintos que são tratados como unidade: *venture capital* e *private equity*. Uma das consequências desse tratamento é que ocorre uma “impregnação da legitimidade” associada ao segmento *venture capital* em direção ao segmento *private equity*. No entanto, objetivamente, os dados da Comissão de Valores Mobiliários não indicam que empresas financiadas via *private equity* tenham sido financiadas por *venture capital* e, assim, realizado um ciclo – do *private equity*

ao *venture capital* – tido como legítimo e virtuoso, especialmente entre as lideranças industriais – uma espécie de auréola de proteção, justificação e defesa da indústria de capital de risco.

Na sequência, apresentam uma gênese do capital de risco no Brasil, desde os anos 1960; com a criação e desenvolvimento de bancos de investimento e do mercado de capitais, ambos sob incentivos do Estado, com a criação da *venture capital* no mundo e com o apoio de uma instituição que se consolidaria na atividade de apoio e fomento à inovação: a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). As análises das trajetórias ilustram como os agentes acumularam diferentes tipos de capitais e como com suas fortes ligações com o Estado – ligações que não cessaram – contribuíram com essa gênese e sua dinâmica.

Outro ponto importante do artigo é a demonstração de um desencontro. Por um lado, conforme um balanço recente, os principais provedores de recursos públicos federais para o capital de risco são o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) – via Associação de Participantes Assistidos e Beneficiários da Fundação Banestes de Seguridade Social (BNDESPAR) – e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), de várias formas, inclusive com quase 25% dos recursos direcionados ao segmento *venture capital*. Mas, por outro lado, apesar dos esforços do Estado para valorizar a esse segmento, a indústria no segmento *private equity* é predominante quantitativamente e culturalmente.

Assim, em seguida, os autores apresentam as origens da dominação cultural do *private equity* brasileiro, com base no modelo do Banco Garantia e dos pioneiros e sócios das primeiras operações de *private equity* no Brasil. Exploram a difusão e, em alguma medida, a legitimação de um *modus operandi*: crença na meritocracia ou reconhecimento pelos resultados; proibição de contratação de membros/herdeiros das famílias dos sócios controladores; avaliação permanente dos resultados da equipe; estrutura societária com base no modelo de *partnership*; dentre outras características.

Nas avaliações dos autores, as disposições citadas são parte da ideologia/cultura do Banco Garantia. Devido à trajetória de seus proprietários e executivos, elas passaram a dominar culturalmente no mercado financeiro – e por extensão no mundo dos negócios – e, em alguma medida, reinventaram as relações entre Estado, mercado e sociedade. As apresentações das trajetórias e das suas relações complexas, que a pesquisa tornou inteligíveis, revelam muito e sugerem muitos pontos a serem pesquisados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, 2004.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. C. e PASSERON, J. C. **A Profissão de Sociólogo**. Petrópolis, RJ, 1999.

BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seul, 2000.

HIRSCH, P. MICHAELS, S. FRIEDMAN, R. “Mãos sujas” versus “modelos limpos: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: MARQUES, R. PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia econômica**. Celta Editora: Oeiras, 2003.

JARDIM, M. A. C. e DONADONE, J. C. (Orgs.). **A centralidade e a fronteira das empresas no século XXI**. Bauru, SP: Edusc/Fapesp, 2011.

LOPES JUNIOR, E. Um balanço da sociologia econômica brasileira (2000-2010). In: RASIA, J. SALLAS, A. L. F. SCALON, C. (Org.). **Temas da sociologia contemporânea**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

_____. E. As potencialidades analíticas da Nova Sociologia Econômica. **Sociedade e Estado**, v. 17, n.1, 2002.

MARQUES, R. e PEIXOTO, J. (Orgs.). **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 2003.

MARTES, A. C. B. (Org.) **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MONDADORE, A. P. C. PEDROSO NETO, A. J. LEITE, E. S. JARDIM, M. A. C. SARTORI, M. S. (Orgs.). **Sociologia Econômica: um projeto em construção**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. Atlas: São Paulo, 2006.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, 2004.

_____. **Principles of Economic Sociology**. Princeton, EUA: Princeton University Press, 2003.

_____. **Explanations in economic sociology**. New York: Russel Sage Foundation, 1993.

